

**A MEMÓRIA DE PORTUGAL REGISTRADA NOS LUSÍADAS
(1572) COMO RECURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO
PARA A LEGITIMAÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA
PORTUGUESA: ASPECTOS ESTÉTICO-LITERÁRIOS
NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

Luiz Eduardo Rodrigues Amaro (UFRR)
amaro@uol.com.br

RESUMO

O escritor Luís Vaz de Camões utilizou alguns arquétipos em seu pensamento, como o Mar e o Messianismo, a questão do povo guerreiro cuja missão era levar a outras terras a fé e o império, o nacionalismo expansionista, exaltando os fatos bélicos e históricos nos registros literários épicos que se fixaram como a imagem hipertrofiada na identidade coletiva portuguesa: a busca incessante de um passado irrecuperável, perdido nos áureos tempos pretéritos, como ensinou Eduardo Lourenço em *Psicanálise mítica do destino português*. A ideia orienta-se a partir da premissa de que “Os Lusíadas” (1572) são o maior construtor da arquitetura mitogênica e poética da nacionalidade portuguesa e, por conseguinte, aglutinador da identidade coletiva dos portugueses. Encontramos aspectos do patriotismo enraizados na obra, a própria dedicatória a D. Sebastião e a influência do pensamento de Camões, que resgata a história de Portugal para entendemos a reconstrução identitária proposta pela Renascença Portuguesa Portuguesa e o uso ideológico de Camões pelos republicanos com fins notadamente políticos. Demonstramos, pelos registros imagético-textuais de revistas portuguesas da época do Tricentenário de Camões e da Análise do Discurso, os processos discursivos e históricos utilizados para atingirem seus objetivos políticos e instaurarem a primeira república portuguesa em 1910.

Palavras-chave:
Camões. Identidade. Memória.

ABSTRACT

The writer Luís Vaz of Camões used some archetypes in your thought, like the Sea and Messianism, the subject of the warlike people whose mission was to take to other lands the faith and the empire, the nationalism of the navigations, exalting the warlike and historical facts in the epic literary registrations that noticed as the image increased in the Portuguese collective identity: the incessant search of an unrecoverable raisin-pity, lost in the golden past times, as wrote Eduardo Lourenço in *Mythical Psychoanalysis of the Portuguese Destiny*. The idea is guided starting from the premise that “Os Lusíadas” (1572) are the largest builder of the mythic architecture and poetic of the Portuguese nationality and consequently agglutinate-pain of the collective identity of the Portuguese. We found aspects of the patriotism taken root in the work, the own dedication to D. Sebastião and the influence of Camões, that it rescues the history of Portugal for we understood the identity re-construction proposed by Renascença Portuguesa Portuguesa and the ideological use of Camões by the republicans with especially political purpose. We demonstrated, for the images and text registrations of Portuguese

magazines (from Camões Tercentenary) and the Analysis of the Speech, the discursive and historical processes used for they reach your political objectives and they establish the first Portuguese republic in 1910.

Keywords:
Camões. Identity. Memory.

1. Introdução

Este artigo aborda algumas questões importantes para a construção da identidade portuguesa, na qual Camões, “pessoalizando” a pátria, como escreveu Eduardo Lourenço em “O Labirinto da Saudade” (2013), colaborou para sua construção. É com base na camonologia que compreendemos como, séculos depois da publicação da epopeia lusitana, a Renascença Portuguesa Portuense, movimento que surgiu em 1912 na cidade do Porto de perspectiva nacionalista, ligada ao neogarrettismo e ao sebastianismo messiânico, e pessoas como Teófilo Braga, ligadas ao republicanismo federalista, voltaram seus olhos para Camões a fim de usarem a sua imagética para reconstruírem a identidade portuguesa e planejarem um caminho político diferente para Portugal. Foi Teófilo Braga que, inclusive, após a Proclamação da República em 5 de outubro de 1910 na varanda dos Paços do Conselho de Lisboa, instaurou um governo provisório que administrou o país até a homologação da Constituição de 1911.

As vozes, presentes em “Os Lusíadas” (1572), uma obra de arte que possui a forte presença da questão expansionista, a relação do eu com o outro (Portugal em relação aos “mouros”, Portugal em relação aos espanhóis), em que há no Velho do Restelo uma recuperação dialógica da ideologia presente na fundação da Pátria e na sua tentativa de diferenciação com o país vizinho, em sua autoafirmação, não é muito diferente do alarido de papel de Teófilo Braga, Teixeira de Pascoaes e tantos outros em fins do século XIX e começo do século XX. A questão da expansão e das colônias, a “portugalidade” ou “lusitanidade”, aspectos da internacionalização do país e divulgação de suas ideias, economia, religião. Isso tudo foi representado no “poema nacional”, escrito por Camões, pois a literatura camoniana tem a característica de atravessar os séculos e ser revistada.

Dentro do contexto do tempo, o patriotismo de Camões salvaguardou aquele mínimo de lucidez – que porventura era então o máximo que se podia salvaguardar – sem o qual nos pareceria, pese a todos os dons poéticos, ridículo ou odioso. Camões glorifica e exalta no peito ilustre lusitano valores ou atitudes que ele crê universalmente válidos e louva os Portugueses na medida em que são a seus olhos encarnação deles. Embora hiperbólica e privada dos preconceitos generalizados da época, essa glorificação tinha

a seu favor – e tem na nossa memória dela – o facto de sustentar uma relação efectiva com a gesta e o geral sentido dela na comum consciência ocidental. A bazófia lusitana, que os autores espanhóis tanto ridicularizaram, tem em *Os Lusíadas* uma tradução evidente, mas não menos evidente era um tipo de existência individual e colectiva capaz de justificá-la em parte. Historicamente, a hipertrofia do sentimento nacional, tal como *Os Lusíadas* a configuraram, só se tomará grave e patológica à medida, ou nos momentos, em que a distância entre a nossa hora solar e a realidade decaída que a prolonga se acentuará. (LOURENÇO, 2013, p. 153-54)

Selecionamos algumas imagens de importantes meios de comunicação da época e trouxemos os discursos de nomes importantes como Guilherme d’Azevedo, Eça de Queirós, Oliveira Martins e José Miguel Sarrica para o embasamento crítico da nossa análise.

2. *Desenvolvimento*

Principiamos a nossa análise por meio de uma representação pictórica que condensa a semântica camoniana.

Figura 1: Camões salvando “Os Lusíadas” do naufrágio.



Fonte: O OCCIDENTE, Suplemento ao n. 59, 1880, p. 96.

A imagem acima, que se intitula “Camões salvando ‘Os Lusíadas’ do naufrágio”, é um desenho de Manuel de Macedo, grafador de “O Occidente”, baseado em uma fotografia do quadro de Slingeneyer. Ou seja, é uma intervenção artística, que resgata e reinterpreta a essência de um olhar estrangeiro pela perspectiva de um português. O episódio icônico do naufrágio é relatado pela primeira vez em publicação datada de 1735, de autoria de Bernardo Gomes de Brito, intitulada *Historia tragico-maritima: em que se escrevem chronologicamente os naufragios que tiveraõ as naos*

de Portugal, depois que se poz em exercicio a navegação da India.

Nossa análise revela uma posição de destaque dessa imagem na edição que é reproduzida, por utilizar praticamente a totalidade da página. O resgate histórico do naufrágio, que aconteceu com o navio em que o poeta estava na costa da África, é o mote dessa arte, a qual faz diálogo com os versos camonianos, que transcrevemos a seguir:

Este receberá, plácido e brando,
No seu regaço o Canto que molhado
Vem do naufrágio triste e miserando,
Dos procelosos baxos escapado,
Das fomes, dos perigos grandes, quando
Será o injusto mando executado
Naquele cuja lira sonora
Será mais afanada que ditosa. (CAMÕES, 1980, p. 634)

Eis aqui um ótimo exemplo de construção dialógica identitária, reelaborada por “O Occidente”, pois percebemos a interdependência entre o quadro pintado por Slingeneyer, o desenho de Manuel de Macedo, a poesia épica escrita por Camões e o registro histórico. Todas essas vozes, compondo uma significação exaltativa do *ethos* português a serviço dos republicanos.

O quadro tem uma noção de profundidade, que traz o mar ao fundo com toda a carga semântica referente, que nos remete àqueles arquétipos da tradição portuguesa, que serão reiterados em Pessoa. O mar é parte do *ethos* português e ele dá significado à Saudade, tanto a tradicionalmente encontrada em Garrett, por exemplo, quanto aquela que nos remete ao distanciamento físico, ou seja, a saudade do solo lusitano.

Ele é um símbolo riquíssimo no *ethos* português, muito bem utilizado por Camões. A epopeia acontece tanto em mar, quanto em terra, mas é justamente no mar o lugar em que os marinheiros enfrentarão o maior desafio: o gigante Adamastor. As principais significações são a viagem pelo oceano e a vitória sobre a personificação do Cabo das Tormentas. Dentro da mundividência camoniana, Adamastor representa o opositor em figuração épica (o Velho do Restelo é uma oposição humana, a dele é divina), grandiosa e que desafia a coragem dos portugueses, predizendo a história trágico-marítima das naus.

O oceano da imagem em análise abre um caminho de água por onde deposita os corpos dos marinheiros mortos. Em um plano mais elevado, está o poeta com os manuscritos ao seu lado, vivo, olhando para o céu. A roupa rasgada denota a batalha contra a fúria do mar bravo e o peito aberto

afronta o poder superior, que não foi capaz de matá-lo; dessa forma, ele o venceu, tal qual os portugueses o fizeram, ele é um “homem superior” em relação aos outros, que sucumbiram. Metaforicamente, ao salvar os manuscritos de “Os Lusíadas” nesse fatídico naufrágio, Camões salva “a alma lusitana”, triunfando onde os outros fracassaram.

Figura 2: Monumento a Camões.



Fonte: Wikimedia Commons.

O Monumento a Camões, ilustrado acima, é de autoria do escultor Victor Bastos. Ele foi construído com verba pública e projetado a partir de 1860, sendo inaugurado em 1867 na presença do rei D. Luís e de seu pai D. Fernando, rei consorte, e colocado na Praça de Luís de Camões em Lisboa, mais conhecida como Largo de Camões. O Monumento abre caminho para as comemorações do Tricentenário da morte do poeta, idealizado por Teófilo Braga com o apoio de Antero de Quental, Oliveira Martins, João de Deus e Ramalho Ortigão, cuja intenção era fazer propaganda da história nacional ao refletir, sob a ideologia romântica da Pátria, seus valores éticos e heróis históricos.

Na procissão cívica não se manifestou só uma grande tendência de renascimento e um grande *symploma* de vitalidade latente: manifestaram-se belas disposições artísticas, excelentes dedicações individuais. O povo pode não ter ficado ainda muito certo de quem seja Camões, entretanto no seu espírito entrou a noção nova de que o trabalho moderno tem uns ídolos tão dignos de respeito, pelo menos, como os dos velhas dogmas, e sobretudo muito mais compreensíveis – e em muito melhor estado de conservação. Sob este ponto de vista a procissão cívica é um dos factos mais profundamente revolucionários que em Portugal se tem realizado. (OCCIDENTE, 1880, p. 102)

A estátua é de bronze e tem 4 metros de altura. Foi posta sobre um

pedestal de mármore branco, oitavado, que mede 7,5 metros de altura. Ao redor dele existem 8 estátuas de pedra de lioz, bem menores que a de Camões, com 2,4 metros de altura cada, representando os grandes nomes da cultura e das letras portuguesas, eles são os espectadores vivos da grandeza: Fernão Lopes, Azurara, João de Barros, Castanheda, Pedro Nunes; e da decadência da pátria: Quevedo, Corte-Real e Sá de Menezes.

É justamente este o objeto que está na ilustração que analisamos em sequência:

Figura 3: Camões agradecido à Comissão do Tricentenário.



Fonte: O Penacho, jun, 1880, p. 76-7.

Esta composição retrata bem a ideia que os organizadores do evento queriam ao promover a figura de Camões como representativa do espírito português: trazerem para si os louros da vitória conquistada pelo engenho de outrora. Observamos a estátua de Camões descendo do pedestal de mármore em uma posição de gratidão a um grupo de pessoas que, no caso, era a Comissão do Tricentenário.

Segue-se a apresentação em retrato composto da Comissão executiva da imprensa e os artistas que delinearam os carros triunfais da procissão cívica, a saber: Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro, Rodrigues da Costa, Jaime Batalha Reis, Magalhães Lima, Rodrigo Pequito, Silva Porto, José Luiz Monteiro, Simões d'Almeida, J. M. Ferreira Junior, Luiz A. Thomazini, Columbano Bordalo Pinheiro. José Luiz Monteiro delineou o carro da Imprensa; José Maria Pereira o do Comércio e Indústria; Simões d'Almeida o da Arte; o paisagista Silva Porto foi o responsável pelo carro da Guerra; Thomazini fez o Galeão do século XVI e o carro das Colônias, o pintor Columbano Bordalo; Luciano Cordeiro, que era o Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia e jornalista do Comércio de Lisboa, foi quem deu início a festividade.

Figura 4: A Comissão Executiva da Imprensa e os artistas que delinearam os carros triunfais da procissão cívica.



Fonte: O OCCIDENTE, 3º Anno, Vol. III, nº 63, 1º Ago 1880, p. 128.

No entanto, o evento em homenagem a Camões não possuía apenas uma perspectiva. Observamos, ao estudar os periódicos do período, que vozes antagônicas existiam e criticavam o olhar saudosista, divergiam do legado camoniano como o grupo de Teófilo Braga pregava, demonstrando, desta forma, que havia mais de um projeto de nação em curso, além deste, que saiu vitorioso.

Camões teve uma vida de infortúnios. Sofreu muitas injustiças, sendo preso por desacato e agressão, foi à guerra, esteve na África, onde provavelmente perdeu um olho, teve uma vida modesta e o reconhecimento veio apenas em 1572, quando recebeu uma tença anual no valor de apenas 15 mil réis.

Sobre este fato, a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen, uma das mais importantes celebridades femininas da poesia portuguesa no século XX, escreveu:

Irás ao Paço. Irás pedir que a tença
Seja paga na data combinada
Este país te mata lentamente
País que tu chamaste e não responde
País que tu nomeias e não nasce

Em tua perdição se conjuraram
Calúnias desamor inveja ardente
E sempre os inimigos sobejaram
A quem ousou seu ser inteiramente

E aqueles que invocaste não te viram
Porque estavam curvados e dobrados
Pela paciência cuja mão de cinza

Tinha apagado os olhos no seu rosto

Irás ao Paço irás pacientemente
Pois não te pedem canto mas paciência

Este país te mata lentamente
(Disponível em: <http://www.escritas.org/pt/t/2148/camoes-e-a-tenca>.
Acesso em 19 Abril 2023).

Figura 5: Camões... Catita.



Fonte: O SORVETE, à Camões, nº 107, 3º ano, 1880.

A imagem do periódico *O Sorvete*, um dos mais bem sucedidos jornais humorísticos da época, cujo autor é o caricaturista Sebastião Sanhudo, é irônica, pois o Camões da caricatura traz consigo uma representação de nobreza, que ele não possuía, exprimindo o seguinte pensamento: “Se valesse hoje... Seria um janota – a julgar pelo ruído das festas”. Janota significa aquele que dá muita importância à aparência, vestindo-se de forma extravagante. Algo cujo conteúdo fica escamoteado em relação à aparência. A importância da obra épica de Camões está diminuída pela utilização propagandística dela. Trata-se, portanto, de uma crítica bem-humorada à roupagem republicana do escritor.

As festas do Centenario ainda que não tivessem outras vantagens e representassem outras afirmações, afirmavam pelo menos o seguinte: a inutilidade dos poderes constituídos em face da iniciativa particular. Pode afoitamente sustentar-se que o grande cortejo cívico do dia 10 de junho fosse organizado pelo estado, o estado, à maneira do que lhe succede com o estado de S. Jorge, ainda a estas horas andaria embrulhado com elle por essas ruas, perguntando aos moradores da rua Augusta se davam notícia do carro da Indústria e deixando extraviar completamente o carro das Colonias – como lhe está succedendo com as próprias colônias. (OCCIDENTE, 1880, p. 102)

Havia mais de uma ideia de nação em Portugal naquela época. Nem

todos compartilhavam desta visão que os republicanos expressavam. Guilherme d’Azevedo, colunista da revista *O Occidente*, utilizou, na passagem acima, uma imagem da passeata cívica para fazer uma crítica à política portuguesa em relação às colônias, aproximando os carros alegóricos dos países colonizados.

A condução da economia portuguesa estava desgovernada, analogamente ao Carro das Colônias. Como verificamos, a posição de Azevedo, em relação à política de Estado e o Governo em si, é oposicionista. Assim também é a do famoso historiador Oliveira Martins, que defendia o republicanismo democrático e era contra a Monarquia nessa época.

A visão de Oliveira Martins¹ sobre Camões também descontrói a imagética sublime, apoteótica e quase inatingível do vate, construída por aqueles que querem utilizá-la como ferramenta de ocultação da realidade. Ele não nega a importância de Camões para a nação portuguesa, pelo contrário, ele a reafirma. Porém, a forma como ele vê a relação do Poeta com o rei e os motivos norteadores são os diferenciais. A imagem mais crua da realeza, aquilo que ela representava sem floreios para o povo.

O poeta que d’este modo nomeava o rei chegou como dissemos a Lisboa, de volta do Oriente, no anno da peste grande. Vinha pobre, triste, dorido dos açoites do infortúnio. Via por seus olhos o desconjuntar do império portuguez. A Índia, onde vivera, era “um cahos escuro de confusão; era Babylonia, onde o mal se afina, o bem se damna”. Mais podia lá, que a honra, a tyrannia. O cyclo das façanhas terminara, os heroes mortos não tinham legado descendência. A historia da nação prolongara-se, para o poeta, no Ultramar; e desde que os portuguezes tinham montado o Cabo, Portugal mudara os penates para o Oriente. Agora, convencido da raiva irremediável da Índia, regressando ao reino, era o momento de vêr se uma nova fonte de acções heroicas podia continuar a antiga historia e restaurar a fortuna perdida. (OCCIDENTE, 1880, p. 98)

Tais palavras foram escritas em uma edição comemorativa do Tricentenário do autor, o que navega, indubitavelmente, contra a maré exaltativa da festividade.

O mito do Sebastianismo estava nascendo e Camões teve importante colaboração para a sua construção. O vate, a serviço de D. Sebastião,

¹ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845 – 1894) foi um dos maiores expoentes da historiografia portuguesa. Influenciou o pensamento de Antonio Sergio, Antonio Sardinha e Eduardo Lourenço. O ideário de Oliveira Martins é como um rio que corre, sendo influenciado pela geografia local: ele muda, conforme o historiador vai lendo a realidade. Monárquico em um momento, republicano em outro; anarquista proudhoniano e liberal; socialista e proto-fascista. Oliveira Martins é uma metamorfose constante, precisamos lê-lo necessariamente com o contexto em mente.

pregou a “aventura desesperada” de uma nação em busca de si mesma: a exaltação da nacionalidade e do valor do ser português não são gratuitos, são uma tentativa de resgatar a pátria, que se encontrava à beira da derrocada. Maquiar a realidade era uma necessidade que, tanto o rei, quanto o Poeta, percebiam com nitidez.

A empreita do rei em África, como é fato notório e histórico, acabou em ruínas. O rei menino faleceu e seu corpo nunca fora encontrado. Camões, da mesma forma, arruinou-se: ele viu cair por terra as esperanças de reconstrução de sua pátria e o realizar “profético” das palavras da sua mais contundente criação, o Velho do Restelo: “a que novos desastres determinas de levar estes reinos e esta gente?” (CAMÕES, 1980, p. 97)

Essa visão dura e crítica da história portuguesa coloca-se justamente como o oposto da imagem que está em “A Salvação dos Lusíadas”, que nos revela o escapismo e o heroísmo atribuídos a Camões. O poeta-soldado é o único em pé, todas as outras pessoas sucumbiram, foram mortas pelas águas bravias do oceano. Ao seu lado, um rolo de papel, que representa “Os Lusíadas”.

Na época do Tricentenário, em fins do século XIX, um modesto grupo de intelectuais, no qual Eça de Queirós destacava-se, almejava transformar a sociedade e a política, mostrando a realidade às pessoas, construindo assim uma mentalidade consciente, menos escapista e mais democrática e igualitária. A história chamou esses jovens de a “intelligentsia lisboeta” (SARDICA, 2009, p. 18).

Escreve Sardica, em seu estudo intitulado *O jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional*, publicado pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa em 2009:

Nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a imprensa tornou-se o meio por excelência para a reorganização sociocultural da nação, e os jornalistas os grandes agentes construtores, intérpretes e porta-vozes desse novo Portugal acordado para uma maior consciência cívica, para uma participação mais exigente e para um renovado desejo de europeização cultural. Consequentemente, esse foi também o tempo em que o jornalismo mais se modernizou – no estilo, nos conteúdos e até no grafismo –, atingindo um volume de tiragens, vendas e influência na vida social e nos centros decisores da política que se prolongaria até ao final da I República, e que permanece até hoje inigualado. (SARDICA, 2009, p. 18)

Em parceria com Ramalho Ortigão, Eça imprimiu um diálogo realista e contundente, que logo lhe daria a reputação de respeitado teórico e escritor intelectualizado, quando os textos de “As Farpas” vieram a

público.

A situação é esta. Uma parte importante da Nação perdeu totalmente a fé (com razão ou sem razão) no parlamentarismo, e nas classes governamentais ou burocráticas que o encarnam; e tende, por um impulso que irresistivelmente a trabalha, a substituí-las por outra coisa, que ela ainda não definiu bem a si própria. Qual pode ser essa outra coisa? Que soluções se apresentam? // Por um lado a República não pode deixar de inquietar o espírito de todos os patriotas. Ela seria a confusão, a anarquia, a bancarrota. Além disso (é de urgente patriotismo falar com franqueza) a República entre nós não é uma questão de política interna, mas de política externa. Um movimento insurreccional em Lisboa, triunfante ou semi-triunfante, seria no dia seguinte um exército de intervenção marchando sobre nós da fronteira monárquica da Espanha. E se a Espanha, pela morte da criancinha inocente que é rei, se convertesse numa república conservadora - um movimento paralelo em Portugal, apoiado por ela e coroado de êxito, seria o fim da nossa autonomia, da nossa civilização própria, da nossa nacionalidade, da nossa história, da nossa língua, de tudo aquilo que nos é tão caro como a própria vida, e por que temos, durante séculos, derramado sangue e tesouros. // Por outro lado uma «revolução feita de cima», uma concentração de força na Coroa (que a muitos espíritos superiores, e que veem claro, se apresenta como a nossa salvação), concentração, que, apoiada na parte mais inteligente e mais pura das classes conservadoras, procedesse às grandes reformas que a consciência pública reclama, não seria compreendida pela Nação irremediavelmente impregnada de liberalismo e que nessa concentração de força só veria uma restauração do absolutismo e do poder pessoal. (QUEIRÓS, 1890, p. 541)

Percebemos claramente que Eça de Queirós não é a favor da implantação da República, pois ele teme por um agravamento ainda maior da situação de Portugal, uma vez que, sob a sua perspectiva, a questão não seria a política interna e sim a externa. Sua visão objetiva e lúcida da situação de Portugal também não pactua com a ideia de “uma revolução feita de cima”, imposta, pois o liberalismo, que era forte entre os portugueses, não aceitaria tal empreitada da Coroa.

Figura 6: Camões lendo os “Lusíadas” a D. Sebastião na Penha Verde em Cintra.



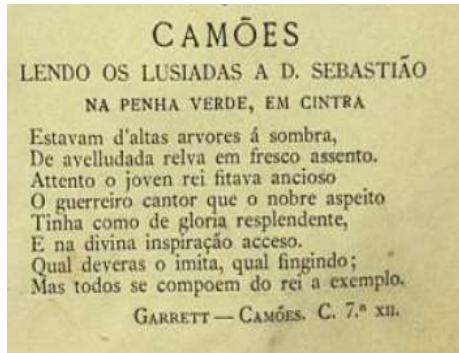
Fonte: O OCCIDENTE, Suplemento ao n. 59, 1880, p. 92.

A composição de Manoel de Macedo, “Camões lendo Os Lusíadas a D. Sebastião na Penha Verde em Cintra”, ao mesmo tempo em que faz “um resgate histórico” pelo registro do episódio, serve para criar no imaginário popular a importância desse acontecimento e insinua uma proximidade do poeta com o rei.

Macedo constrói a cena, colocando Camões em frente ao rei menino, recitando para ele e sua corte os versos da epopeia recém escrita. Eles estão centralizados no plano da tela e, ao redor, os nobres que acompanham o encontro. Em várias expressões deles, percebemos que estão compenetrados nos cantos épicos que ecoam no ambiente, proferidos pela voz do próprio autor, como se observa no homem atrás da árvore em que está D. Sebastião, cuja mão, que segura o queixo, autoriza-nos essa dedução; naquele que, sentado, olha diretamente para Camões e nos dois que conversam ao lado direito, em uma aparente indagação sobre a história, que estão ouvindo ali.

A imagem ilustra um recorte do texto de Almeida Garrett. Apesar de não explicitar a relação de cumplicidade ideológica entre eles diretamente, faz uma conexão, quando interpretamos de forma a relacionar a pintura com a poesia e com a crônica, oferecendo-nos esta possibilidade interpretativa.

Figura 7: Versos de Garrett



Fonte: O OCCIDENTE, Suplemento ao n. 59, 1880, p. 91.

Escreve o historiador:

[...] O entusiasmo mystico era em Camões, porém, a necessidade de acção de um temperamento forte, e não o desvario de uma imaginação dolente. Partidos de um mesmo estado de espírito, Loyola chegava à visão, Cervantes ao bom-senso e Camões, nem santo, nem sceptico, à doutrina da acção positiva: // *Não se aprende, Senhor, na fantasia // Sonhando, imaginando ou estudando // Senão vendo, tratando e pelejando*. Tal era o estado de espírito do poeta e do rei, quando a sorte approximou um do outro. Em ambos o mesmo pensamento; em ambos egual idea, para resolver a crise lugubre em que viam o reino. Camões e D. Sebastião ouviram-se, comprehendiram-se. O louco arrebatamento do último exprimia de um modo temerário, desvairado, o pensamento do primeiro. Ambos olhavam para a história: e em frente do roído cadáver do império ultramarino, apelavam para a política africana esquecida por ele, inspirando-se nas tradições heroicas da nação. Um cantava-as no seu poema. O outro ia em pessoa vêr os túmulos dos avós, e venerar, compenetrado, a pessoa de D. João II, cujo cadáver mandou erguer do tumulo, de pé, com a espada em punho. (O OCCIDENTE, Suplemento ao n. 59, 1880, p. 98)

Pensando na composição pelo número de pessoas presente (e quem são essas pessoas), a forma como muitas delas se comportam, o que já evidenciamos, não se trata tão somente de uma banalidade ou coincidência: Camões está, por seu canto, “comunicando” a importância da guerra ao rei e, com isso, sendo “cúmplice” dele – o ponto que Oliveira Martins afineta em sua crônica, cujo trecho está supracitado.

Há base para essa interpretação. Sabemos que “Os Lusíadas” (1572) seguem a estrutura do épico, percebendo de forma positiva as inovações que o escritor introduziu. Atentemo-nos para a estrutura da obra épica, em que o poeta se dirige diretamente ao rei menino. Evidentemente que há toda uma estrutura épica exortativa na Dedicatória e uma rígida

norma a seguir, mas caberia aqui uma pequena observação, a fim de explicarmos o que nos interessa no momento, que é o ponto de vista de Oliveira Martins. Conseguimos entendê-lo ao ler os versos, pois Camões coloca no rei a missão de renovar a memória do passado português, pelas figuras metonímicas de seus dois avós:

Em vós, se vem, da olímpica morada,
Dos dous avós as almas cá famosas;
Ûa, na paz angélica dourada,
Outra, polas batalhas sanguinosas.
Em vós esperam ver-se renovada
Sua memória e obras valerosas;
E lá vos tem lugar, no fim da idade,
No templo da suprema eternidade. (CAMÕES, 1980, p. 83)

Observe que Camões realmente incita o rei menino à guerra, pois ele vai além de um simples elogio, ao colocar no inimigo – real – de Portugal (o “bárbaro gentio”), um temor que não existia:

Em vós os olhos tem o mouro frio,
Em quem vê seu exício afigurado;
Só com vos ver o bárbaro gentio
Mostra o pescoço ao jugo já inclinado;
(CAMÕES, 1980, p. 82)
E, em quanto eu estes canto e a vós não posso,
Sublime rei, que não me atrevo a tanto,
Tomai as rédeas vós do reino vosso,
Dareis matéria a nunca ouvido canto:
Comecem a sentir o peso grosso
(Que polo mundo todo faça espanto)
De exércitos e feitos singulares
De África as terras e do Oriente os mares. (CAMÕES, 1980, p. 82)

Camões antecipa uma glória futura, aproximando assim algo ainda não concretizado, uma realidade apenas desejada de um fato encarado como iminente: “e acostumai-vos já a ser invocado” (CAMÕES, 1980, p. 98, 1980). Percebemos que a leitura do historiador é plausível e, sob a presente análise, válida-se.

3. Considerações finais

Verificamos, pelas análises das imagens deste artigo, a utilização de Camões como expressão da realidade e como instrumento de construção e desconstrução largamente utilizado em fins do século XIX e começo do século XX. Difundiu-se a ideia, principalmente, por meio do novo jornalismo, esse, que levado à população pela imprensa, fez o papel que “Os

Lusíadas” fizeram no século XVI: divulgar uma ideologia nacionalista para construir o *ethos* português. Aqueles novos “Velhos do Restelo”, críticos e realistas em relação à economia e política, bradavam para os navegantes, representantes oficiais do Governo, alertando-os. Tanto republicanos democratas, quanto monarquistas socializados nas ideias proudhonianas, queriam mudanças e ambos criticavam os políticos e a decadência da nação, utilizando a imprensa. As imagens camonianas, ora usadas para o propósito de maquiar a realidade, ora como um contraponto semântico para demonstrar a realidade, fizeram parte dessa história.

Eça de Queirós sabia que os ânimos se embrenhavam em luta pelo poder. A perspicácia dele é extraordinária. Sua capacidade analítica nos impressiona ao observar a realidade e as movimentações político-ideológicas. Guilherme d’Azevedo, nas páginas de *O Occidente*, percebera que a presença do Exército era perigosa nas Comemorações do Tricentenário e que a República, ao menos em possibilidade, viria por um golpe militar. Não aconteceu em 1910, foi em 1926. Da mesma forma, ao perceber essa aproximação do Partido Republicano com a força militar, o escritor de *A Cidade e as Serras* (1901) agiu como um verdadeiro oráculo.

[...] Ora o facto incontestável (e que seria antipatriótico disfarçar) é que o Partido Republicano procura atrair o exército; e que, forçado a defender-se, o regímen constituído apela por seu turno para o concurso leal do exército, decerto inabalável na sua lealdade. // Mas pelo simples facto do exército ser a força essencial com que conta o regímen constituído, e com que conta o partido de revolução, ele toma fatalmente uma preponderância inesperada nos nossos destinos políticos. Dele parece depender tudo, e portanto ele torna-se tudo. Assim como em Inglaterra, e já agora em França, o boletim de voto é tudo, e sobre ele se exerce ardentemente a propaganda dos partidos, assim entre nós parece desenhar-se o momento em que a espada do exército será tudo, e sobre ela, e só sobre ela, se concentrará a acção e a influência dos que legitimamente possuem, ou que subversivamente pretendem, o poder. // Isto, se não nos enganamos, pode importar proximamente no advento do militarismo. Dirão (e dizem) os optimistas que o exército em Portugal nunca sairá da sua devida submissão ao poder civil. Assim o supomos. Mas nunca se deve basear um sistema de acção política no optimismo, na hipotética perfeição dos homens e das coisas, e em frases. O exército não é composto de entidades abstractas, e impessoais como princípios: é composto de homens de carne e osso, susceptíveis de todas as fraquezas e de todas as tentações humanas. Ora desde que uma classe sente que só ela é a força única, e que tudo gravita em torno dela, pode, mesmo mau grado seu, e pelo irresistível impulso da sua própria força, ser levada a tudo querer dominar, e fazer prevalecer, como superior a todos, o seu interesse de classe. Pode-o mesmo fazer por uma nobre ilusão patriótica, considerando que, desde que tudo em torno dela é fraco e impotente, e está morrendo dessa impotência e dessa fraqueza, no predo predomínio da sua força reside a salvação da pátria. (QUEIRÓS, 1890, p. 540)

O projeto de nação, que veio com a ideia civilizadora, historicamente registrado e explicitado nas imagens que analisamos neste artigo, atrelou-se ao Republicanismo, o qual, utilizando-se do Tricentenário de Camões (principalmente devido às articulações de Teófilo Braga) e a inerente aura cívica que dele emanou, alavancou a sua posição majoritária em relação aos imperialistas, encontrando na população e em setores da burguesia, o que era necessário para derrocar o rei. O próprio Braga tornou-se o comandante do executivo da República Portuguesa em 05 de Outubro de 1910, chefiando o Governo Provisório, que teria como primeiro presidente eleito, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue, na data de 24 de agosto de 1911, ano em que Portugal recebeu a sua Constituição Republicana. Arriaga será sucedido novamente por Teófilo Braga em 29 de maio de 1915.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas (edição comentada)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. 9. ed. Lisboa: Gradiva, 2013.

QUEIRÓS, Eça de. *Novos Factores da Política Portuguesa*. Revista de Portugal. Vol. II. Abril de 1890, p. 526-41.

SARDICA, José Miguel. *O jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional*. *Comunicação & Cultura*, n. 7, 2009, p. 17-38.

Outras fontes:

O Occidente: revista illustrada de portugal e do estrangeiro. Lisboa: Manuel de Macedo Atelier de Gravura, n. 01–n. 1315. 1878–1915.

O Penacho: folha illustrada por Jacintho M. Navarro. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Noves, A.1, n. 1–n.14. 1880.

O Sorvete. Porto: Typographia Occidental. n. 1–n. 280. 1878–1900.